

Apresentação

Houve um tempo em que se imaginava que a tarefa da *doutrina era asséptica e neutra* em relação ao direito que lhe incumbia interpretar. Nesse caldo de cultura, certamente era recomendável que as obras de doutrina refletissem os debates sobre a formação da legislação (*travaux préparatoires*) e fossem escritas a partir da jurisprudência que procurasse *desvendar* o seu significado com o auxílio dos casos do foro. A preocupação da doutrina nesse ambiente seria propriamente a de *descrever* o sistema legal e a jurisprudência que a partir dele se formou.

É claro que, partindo-se dessas bases, impunha-se à doutrina um *compasso de espera*, um tempo de observação da legislação e da jurisprudência antes de lançar-se à sua tarefa de descrição do sistema. Tanto melhor seria o trabalho do intérprete quanto maior o material que pudesse recolher para sua *neutra exposição*.

É claro que semelhante modo de ver o papel da doutrina – e da interpretação que lhe toca – hoje só pode ser encarada como um capítulo concernente à *história do pensamento jurídico*. Como o direito depende de interpretação para adquirir significado normativo (daí porque se fala no percurso *das fontes às normas*) e a construção do sistema depende de conexões de sentidos normativos (daí porque *das normas ao sistema*), imaginar que a doutrina exerce um papel neutro e descritivo é pressupor que o direito não depende da conjugação dos esforços do legislador, do juiz e do professor para adquirir vida normativa. Sendo a atividade de interpretação do direito *adscritiva de significado* (e não meramente descritiva), o papel da doutrina não pode ser visto como neutro. Pelo contrário, tem de ser ativo e conformador do próprio direito.

Isso faz surgir sobre os ombros da doutrina uma responsabilidade que se supunha antes inexistente – ou para a qual se fazia questão de fechar os olhos: a *responsabilidade social* de oferecer bases de significados normativos para construção do significado das normas, para conformação dos institutos e para moldura do próprio sistema jurídico. E é claro que semelhante tarefa é urgente quando se procura imprimir uma *determinada maneira de compreender o processo civil*, especialmente quando está em jogo a face que pode tomar a justiça civil diante de uma nova codificação.

É diante desse contexto e embalados por essa tarefa que oferecemos os três volumes do nosso *Novo Curso de Processo Civil* à comunidade jurídica brasileira. Para que o processo civil seja capaz de prestar tutela aos direitos e a justiça civil seja capaz de tratar os casos com justiça e resolvê-los adequada, tempestiva e efetivamente, é imprescindível que a *doutrina colabore de forma ativa e criativa* para construção do novo processo civil.

Os três volumes do *Novo Curso* vêm sendo por nós cuidadosamente preparados desde que iniciaram os debates sobre o novo Código de Processo Civil – mais precisamente, desde o momento em que oferecemos críticas e propostas ao Projeto em 2010. A partir daquele instante percebemos, inclusive, que era necessário abordar o processo civil a partir de suas peculiaridades teóricas (e isso fez com que optássemos por dedicar o volume I integralmente à teoria do processo civil – e apenas à teoria do *processo civil*) e que era necessário sistematizar o processo civil a partir do seu escopo de prestar tutela aos direitos (o que foi determinante para organização do *Novo Curso* nos dois volumes subsequentes: o volume II voltado à *tutela dos direitos mediante procedimento comum* e o volume III focado na *tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados*), abandonando-se a velha organização de que caudatária o Código Buzaid, fundada na divisão estanque entre processo de conhecimento, processo de execução e processo cautelar.

Com isso, esperamos que o novo Código colabore na difusão de uma maneira de ver o processo civil centrado na ideia da tutela dos direitos e fomenta o único compromisso plausível que se pode adscriver à justiça civil no Estado Constitucional: tratar os casos com justiça – e tudo que essa fórmula impõe para os direitos carentes de tutela e para a necessidade de unidade da ordem jurídica.

Por fim, agradecemos aos colegas Marcella Pereira Ferraro, Jordão Violin e Leandro Rutano, pelo minucioso trabalho de revisão realizado e pela constante disposição na verificação das várias versões do novo Código de Processo Civil ao longo de sua elaboração e da construção desta obra.

Verão de 2015.

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
Parte I	
NOÇÕES GERAIS	
1. TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS	43
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos.....	43
1.2. Tutelas contra o ilícito e tutelas contra o dano. Tutela satisfativa e tutela cautelar	46
1.3. Cognição e execução no sistema da tutela jurisdicional dos direitos	48
1.4. Processo e tutela dos direitos: tutela dos direitos mediante procedimento comum e procedimentos diferenciados.....	50
1.5. Segue: tutela definitiva fundada em cognição exauriente e tutela provisória fundada em cognição sumária	51
CASO	53
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	55
2.1. Introdução	55
2.2. Jurisdição.....	55
2.2.1. Limites da jurisdição nacional e das jurisdições estrangeiras	58
2.2.2. Cooperação internacional	59
2.3. Competência	60
2.3.1. Normas gerais.....	61
2.3.2. Determinação da competência	63
2.3.3. Regimes de competência.....	66
2.3.4. Modificações da competência	70
2.3.5. Declaração de incompetência.....	71
2.3.6. Cooperação nacional.....	72
2.3.7. Atos concertados entre juízes cooperantes.....	73
CASO	75

3. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	77
3.1. O processo civil como uma comunidade de trabalho.....	77
3.2. Juiz	80
3.2.1. Imparcialidade	81
3.2.2. Poderes e deveres do juiz na condução do processo e no julgamento da causa	82
3.3. Partes.....	84
3.3.1. Conceito de parte.....	84
3.3.2. Capacidade processual	87
3.3.3. Poderes e deveres das partes no processo	88
3.3.4. Litisconsórcio	90
3.3.4.1. Litisconsórcio necessário	94
3.3.4.2. Litisconsórcio unitário.....	95
3.3.4.3. Regime jurídico do litisconsórcio	97
3.4. Terceiros	98
3.4.1. Intervenção voluntária	100
3.4.1.1. Assistência.....	100
3.4.1.1.1. Assistência simples	100
3.4.1.1.2. Assistência litisconsorcial	103
3.4.1.2. <i>Amicus curiae</i>	105
3.4.1.3. Intervenção anômala.....	106
3.4.2. Intervenção forçada	108
3.4.2.1. Denúnciação da lide.....	108
3.4.2.2. Chamamento ao processo	111
3.4.2.3. Terceiro alcançado pela desconsideração da personalidade jurídica	112
CASO	114
4. ATOS PROCESSUAIS	115
4.1. Ato processual	115
4.2. Atos das partes e pronunciamentos do juiz	118
4.3. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	120
4.4. Invalidades processuais	121
4.5. Prazos.....	123
4.6. Comunicação dos atos processuais	127
CASO	134

5. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	135
5.1. Formação do processo	135
5.2. Suspensão do processo	135
5.3. Extinção do processo	139
CASO.....	142

Parte II

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CONHECIMENTO DA CAUSA

1. PROCEDIMENTO COMUM	145
1.1. Procedimento comum e procedimentos diferenciados. O procedimento comum como procedimento padrão para a tutela dos direitos.....	145
1.2. Estrutura do procedimento comum	147
1.3. Alterações de procedimento por iniciativa judicial e pela vontade das partes. Negócios processuais em tema de procedimento	149
1.4. Fases e estágios do procedimento comum.....	150
1.4.1. Perspectiva horizontal.....	150
1.4.2. Perspectiva vertical.....	153
CASO	154
2. PETIÇÃO INICIAL	155
2.1. A propositura da ação, a distribuição da petição inicial e a instauração do processo	155
2.2. Requisitos da petição inicial.....	156
2.2.1. Partes.....	157
2.2.2. Causa de pedir	157
2.2.3. Pedido	162
2.2.3.1. Pedido certo.....	165
2.2.3.2. Pedido determinado.....	165
2.2.3.3. Pedido alternativo.....	166
2.2.3.4. Cumulação de pedidos.....	167
2.2.3.4.1. Cumulação simples.....	167
2.2.3.4.2. Cumulação sucessiva.....	169
2.2.3.4.3. Cumulação alternativa.....	169
2.2.3.5. Modificações da causa de pedir e do pedido	170

2.2.4.	Valor da causa	171
2.2.5.	Requerimento de provas	172
2.2.6.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	172
2.3.	Emenda à petição inicial	172
2.4.	Indeferimento da petição inicial.....	173
2.5.	Improcedência liminar do pedido.....	174
2.6.	Deferimento da petição inicial	176
CASO		177
3.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	179
3.1.	A designação da audiência preliminar	179
3.2.	Modelo multiportas	181
CASO		183
4.	ATITUDES DO RÉU	185
4.1.	Atitudes do réu	185
4.2.	Contestação.....	186
4.3.	Reconvenção.....	192
4.4.	Revelia.....	195
CASO		203
5.	ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	205
5.1.	Técnica antecipatória e tutela dos direitos. A perversa ideologia por detrás do legislador em matéria de antecipação da tutela	205
5.2.	Tutela satisfativa e tutela cautelar. Tutela específica e tutela pelo equivalente mediante técnica antecipatória	207
5.3.	A técnica antecipatória como forma de distribuição isonômica do ônus do tempo no processo civil. A “urgência” e a “evidência” como seus fundamentos	208
5.4.	A técnica antecipatória como forma de promoção da lógica do provável. A probabilidade do direito como seu pressuposto	212
5.5.	Requerimento da parte	215
5.6.	Interinalidade	216
5.7.	Momento	216
5.8.	Competência	218
5.9.	Fundamentação	218
5.10.	Eficácia.....	219

5.11. Efetivação.....	221
5.12. Fungibilidade.....	222
5.13. A necessidade de tutela ao direito antecedente ao processo.....	222
5.13.1. Tutela antecipada antecedente. Autonomização e estabilização.....	223
5.13.2. Tutela cautelar antecedente. Referibilidade.....	228
5.14. Responsabilidade.....	229
CASO.....	230
6. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	231
6.1. Tutela adequada e sumarização formal do procedimento.....	231
6.2. Extinção do processo.....	232
6.3. Julgamento antecipado do mérito.....	232
6.3.1. Julgamento integral.....	233
6.3.2. Julgamento parcial.....	235
CASO.....	237
7. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO.....	239
7.1. Do despacho saneador à organização em cooperação com as partes.....	239
7.2. Organização do processo.....	240
7.2.1. Organização retrospectiva.....	241
7.2.2. Organização prospectiva.....	241
CASO.....	244
8. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	245
8.1. Objeto da audiência e sua necessidade.....	245
8.2. Unidade da audiência e possibilidade de seu desdobramento.....	246
CASO.....	248
9. PROVA.....	249
9.1. A função da prova.....	250
9.1.1. A verdade e as teorias sobre sua busca.....	250
9.1.2. A definição de prova.....	256
9.2. Objeto da prova.....	259
9.3. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio.....	260

9.3.1.	O direito e o dever à prova.....	260
9.3.2.	As regras de privilégio como exceção ao dever de prova	263
9.4.	Ônus da prova.....	267
9.4.1.	O fim da distribuição do ônus da prova	267
9.4.2.	Contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu.....	270
9.4.3.	A regra do ônus da prova como saída para o juiz em estado de dúvida	271
9.4.4.	Tentativas de eliminar a dúvida. Crítica ao princípio da verossimilhança preponderante e à ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada.....	271
9.4.5.	A ausência de lei e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova em face das diferentes necessidades do direito material	272
9.4.6.	A distribuição e a modificação do ônus da prova no Código de Processo Civil.....	274
9.4.7.	A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	276
9.4.8.	Modificação convencional do ônus da prova.....	280
9.4.9.	Ônus da prova, convicção e motivação.....	283
9.5.	Fatos afirmados que não dependem de prova.....	284
9.5.1.	Considerações iniciais.....	284
9.5.2.	Fatos notórios	284
9.5.3.	Confissão.....	286
9.5.4.	Não contestação.....	288
9.5.5.	Presunção legal de existência ou de veracidade	292
9.6.	Poder probatório do juiz.....	293
9.7.	Prova emprestada.....	294
9.8.	Fases do procedimento probatório	296
9.9.	A prova indiciária.....	299
9.9.1.	Considerações iniciais.....	299
9.9.2.	Fato indiciário, prova indiciária, raciocínio presuntivo, presunção e juízo (juízo resultado, juízo final e juízo provisório).....	305
9.10.	A prova e a ação inibitória	306
9.10.1.	Apresentação das premissas	306
9.10.2.	Pressupostos da ação inibitória.....	308
9.10.3.	A ameaça	309

9.10.4.	A prova da ameaça	311
9.11.	A obtenção antecipada de prova	314
9.12.	Prova ilícita	319
9.12.1.	As provas típicas e atípicas	319
9.12.2.	Os planos dos fatos e das provas	320
9.12.3.	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador ...	321
9.12.4.	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-constituída, (ii) na obtenção das informações substanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída	322
9.12.5.	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova	323
9.12.6.	A gravidade da violação	324
9.12.7.	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências	325
9.12.8.	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”	326
9.12.9.	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF	326
9.12.10.	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil	327
9.12.11.	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade	328
9.12.12.	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada	332
9.12.13.	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimto inevitável” (<i>inevitable discovery exception</i>) e o “descobrimto provavelmente independente” (<i>hypothetical independent source rule</i>)	334
9.12.14.	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear	335
9.12.15.	A teoria da descontaminação do julgado	336
9.13.	Depoimento pessoal	337
9.13.1.	Conceito, natureza jurídica e generalidades	337
9.13.2.	Procedimento probatório	341
9.14.	Confissão	342
9.14.1.	Conceito e generalidades	342
9.14.2.	Natureza jurídica	343

9.14.3.	Elementos da confissão	345
9.14.4.	Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia ao direito e admissão	346
9.14.5.	Confissão efetiva e confissão ficta	348
9.14.6.	Confissão judicial e extrajudicial. Confissão espontânea e provocada	350
9.14.7.	Eficácia	350
9.14.8.	Indivisibilidade da confissão	351
9.15.	Exibição de documento ou coisa	354
9.15.1.	Generalidades e definição	354
9.15.2.	Campo de atuação da exibição	354
9.15.3.	Exibição e dever de colaboração com o Judiciário	355
9.15.4.	Natureza da exibição	356
9.15.5.	Fundamento da exibição	357
9.15.6.	Sujeitos da exibição	358
9.15.7.	Procedimento da exibição em face da parte	359
9.15.8.	Procedimento da exibição em face de terceiro	361
9.16.	Prova documental	361
9.16.1.	Generalidades	361
9.16.2.	Noção	363
9.16.3.	Prova documental e prova documentada	365
9.16.4.	Documento e instrumento	367
9.16.5.	Elementos do documento	368
9.16.6.	Autoria do documento. Documentos públicos e privados. Autenticidade	371
9.16.7.	Prova documental e evolução tecnológica	374
9.16.8.	A prova documental eletrônica na Lei 11.419, de 2006	380
9.16.9.	A fotografia digital	381
9.16.10.	Prova documental e <i>fac-símile</i>	383
9.16.11.	Força probante dos documentos	385
9.16.12.	Produção da prova documental	387
9.16.13.	Incidente de arguição de falsidade documental	390
9.17.	Ata notarial	396
9.18.	Prova testemunhal	398
9.18.1.	Generalidades e conceito	398

9.18.2.	A testemunha. Incapacidade, impedimento e suspeição. Regras de privilégio.....	399
9.18.3.	Produção da prova testemunhal.....	402
9.19.	Prova pericial	404
9.19.1.	Generalidades e definição	404
9.19.2.	O perito e os assistentes técnicos. A perícia consensual.....	406
9.19.3.	Produção da prova pericial	408
9.19.4.	Segunda perícia.....	410
9.19.5.	Valor da prova pericial.....	410
9.20.	Inspeção judicial	410
9.20.1.	Generalidades e noção	410
9.20.2.	Produção da inspeção judicial.....	411
CASO 1		412
CASO 2		413
10. SENTENÇA		415
10.1.	Conceito.....	416
10.2.	Função.....	417
10.3.	Sentença, decisão e justificação. <i>Context of discovery e context of justification</i>	421
10.4.	Sentença, decisão e racionalidade. O duplo discurso	422
10.5.	Elementos essenciais da sentença.....	424
10.6.	Em especial: a fundamentação da sentença.....	425
10.6.1.	Sentença e convicção.....	426
10.6.1.1.	Verdade e convicção.....	426
10.6.1.2.	Convicção e participação judicial	427
10.6.1.3.	Limitações à produção da prova	428
10.6.1.4.	A tese sueca sobre o convencimento judicial....	429
10.6.1.5.	A acentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprinzip e Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante	430
10.6.1.6.	A teoria de Gerhard Walter.....	431
10.6.1.7.	Objecções à teoria da verossimilhança preponderante	432
10.6.1.8.	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	433

10.6.2.	Fundamentação e prova	434
10.6.2.1.	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes	435
10.6.2.2.	A explicação e a contextualização do conteúdo e do significado das provas	435
10.6.2.3.	A motivação da prova indiciária e da presunção...	436
10.6.2.4.	Motivação não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora...	436
10.6.2.5.	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas	438
10.6.2.6.	Raciocínio probatório, decisão e justificação....	439
10.6.2.6.1.	A justificação da credibilidade da prova.....	440
10.6.2.6.2.	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada.....	441
10.6.2.6.3.	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato	442
10.6.2.6.4.	O raciocínio entre o indício e o fato essencial.....	442
10.6.2.6.5.	Valoração individual e valoração conjunta.....	445
10.6.2.6.6.	A valoração conjunta, o encontro de duas narrativas aceitáveis e a reconstrução da verdade no processo	446
10.6.2.6.7.	As dimensões analítica e sintética...	447
10.6.2.6.8.	Coerência narrativa e reconstrução da verdade no processo.....	448
10.6.2.6.9.	A coerência lógica.....	449
10.6.2.6.10.	A congruência	449
10.6.2.6.11.	A integração entre os métodos analítico e sintético.....	451
10.6.3.	Fundamentação e direito. O direito ao contraditório como direito de influência e o dever de fundamentação analítica como dever de diálogo no novo CPC	452
10.6.3.1.	As hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. A vedação à decisão genérica.....	453
10.6.3.2.	Ainda as hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. O prévio diálogo na determinação da interpretação e na aplicação do direito. A vedação à decisão-surpresa.....	454

10.6.3.3.	A necessidade de análise de todos os fundamentos do processo e não só daqueles que convergem para a decisão	455
10.6.3.4.	O art. 489, § 2º, do CPC/2015	456
10.7.	Regra da congruência.....	460
10.8.	Sentença e fato superveniente	462
10.9.	Sentença e preclusão consumativa.....	463
10.10.	Classificação das sentenças.....	464
10.11.	Para uma melhor compreensão das sentenças de procedência	473
10.11.1.	Sentença declaratória.....	473
10.11.2.	Sentença constitutiva	475
10.11.3.	Sentença condenatória.....	476
10.11.4.	Sentença mandamental.....	478
10.11.5.	Sentença executiva	479
10.12.	Sentença, outras técnicas de tutela e tutela dos direitos	480
10.13.	Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes	483
10.14.	A questão da tutela específica dos direitos	485
10.15.	Sentenças não autossuficientes e as várias espécies de tutela.....	488
10.15.1.	Primeiras considerações	488
10.15.2.	Tutela inibitória	488
10.15.2.1.	Premissas	488
10.15.2.2.	Pressupostos	489
10.15.2.3.	Tutela inibitória como corolário do direito fundamental à tutela adequada e efetiva	490
10.15.2.4.	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva	491
10.15.2.5.	Tutela inibitória individual e tutela inibitória coletiva	491
10.15.2.6.	Tutela inibitória e regra da adstrição ao pedido ...	492
10.15.2.7.	Tutela inibitória, sentença mandamental e sentença executiva.....	494
10.15.3.	Tutela inibitória do inadimplemento.....	496
10.15.4.	Tutela de remoção do ilícito	497
10.15.5.	Tutela específica da obrigação inadimplida ou cumprida de modo imperfeito	500
10.15.6.	Tutela ressarcitória na forma específica	503
10.15.7.	Tutela pelo equivalente monetário	504

10.15.8.	Tutela de imissão na posse.....	505
10.15.9.	Tutela reivindicatória.....	506
10.15.10.	Tutela de reintegração de posse.....	507
10.15.11.	Tutela de restituição da coisa que depende da desconstituição de contrato.....	507
CASO.....		510
11. RECURSOS		511
11.1.	Conceito.....	511
11.2.	Sucedâneos recursais.....	513
11.3.	Classificação dos recursos.....	514
11.4.	Normas fundamentais.....	517
11.4.1.	Duplo grau de jurisdição.....	518
11.4.2.	Taxatividade.....	520
11.4.3.	Unirrecorribilidade.....	520
11.4.4.	Fungibilidade.....	521
11.4.5.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	524
11.4.6.	Colegialidade.....	524
11.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	525
11.6.	Efeitos dos recursos.....	532
11.6.1.	Devolutivo.....	532
11.6.2.	Translativo.....	534
11.6.3.	Suspensivo.....	535
11.6.4.	Expansivo.....	536
11.6.5.	Substitutivo.....	537
11.6.6.	Obstativo.....	537
11.7.	Apelação.....	537
11.8.	Agravo de instrumento.....	543
11.9.	Agravo interno.....	546
11.10.	Embargos de declaração.....	549
11.11.	Recurso ordinário.....	553
11.12.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	554
11.13.	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial.....	569
11.14.	Embargos de divergência.....	571
CASO.....		574

12. PROCESSO NOS TRIBUNAIS	575
12.1. Processo nos tribunais	575
12.2. Ordem dos processos nos tribunais	576
12.2.1. Registro e distribuição	576
12.2.2. Poderes do relator	576
12.2.3. Julgamento colegiado.....	577
12.2.4. Decisão não unânime e convocação de novos julgadores. A técnica da ampliação do quorum de julgamento	578
12.3. Incidentes recursais.....	579
12.3.1. Incidente de assunção de competência	579
12.3.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	585
12.3.3. Incidente de conflito de competência	588
12.3.4. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	590
12.4. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e do recurso repetitivo	600
12.4.1. Introdução	600
12.4.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	601
12.4.2.1. Meio processual para resolução de litígios de que derivam casos em massa e sistema de precedentes das Cortes Supremas: decisão <i>erga omnes</i> e precedente	601
12.4.2.2. Coisa julgada sobre questão (art. 503, § 1º, CPC/2015)	603
12.4.2.3. <i>Non-mutual collateral estoppel</i> . A possibilidade de o terceiro alegar a proibição de rediscutir a questão já decidida no direito estadunidense ...	604
12.4.2.4. Violação do direito constitucional de participar em contraditório	606
12.4.2.5. Solução para a preservação da técnica processual	608
12.4.3. Recursos extraordinário e especial repetitivos.....	610
12.4.3.1. Compreensão dos recursos extraordinário e especial repetitivos enquanto meios que viabilizam a elaboração de precedentes	610
12.4.3.2. Direito ao recurso especial e necessidade de enfatizar o contraditório	612
12.4.3.3. Participação dos legitimados e do Ministério Público e compensação da não participação dos recorrentes.....	614

12.4.3.4.	A particularidade do recurso extraordinário: a repercussão geral.....	615
12.5.	Ações originárias	616
12.5.1.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória	616
12.5.2.	Ação rescisória	619
12.5.2.1.	Generalidades.....	619
12.5.2.2.	Hipóteses de cabimento.....	620
12.5.2.3.	Juízo rescindente e juízo rescisório	625
12.5.2.4.	Procedimento	627
12.5.3.	Ação anulatória de ato processual.....	631
12.5.4.	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	633
12.5.5.	Reclamação	634
CASO.....		637
13. PRECEDENTES		639
13.1.	Aproximação entre as tradições de <i>civil law</i> e de <i>common law</i>	639
13.2.	Precedentes.....	640
13.3.	O art. 927 do CPC de 2015 e “os pronunciamentos que devem ser observados pelos Juízes e Tribunais”	647
13.3.1.	Introdução	647
13.3.2.	Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	648
13.3.3.	Acórdãos em incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos	648
13.3.4.	Súmulas vinculantes e súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	649
13.3.5.	O caráter exemplificativo do art. 927 do CPC	651
13.4.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	651
13.5.	Decisão e Precedente	653
13.5.1.	O julgamento colegiado nas Cortes Supremas.....	653
13.5.2.	Majoria em relação ao resultado e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente	655
13.5.3.	Compatibilização entre a função de resolver os casos e a função de elaborar precedentes.....	656
13.6.	Distinções e superações.....	659

13.7.	Efeitos no tempo da decisão que revoga precedente (art. 927, § 3º, CPC/2015).....	662
13.7.1.	Modulação dos efeitos da decisão revogadora diante da transformação da função das Cortes Supremas.....	662
13.7.2.	A “confiança justificada” como critério para a modulação dos efeitos da decisão revogadora	662
13.7.3.	Meios para a regulação dos efeitos temporais	663
13.7.4.	Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade e da revogação de precedente.....	664
CASO		666
14. COISA JULGADA		667
14.1.	Coisa julgada como expressão da segurança jurídica	668
14.2.	Coisa julgada e preclusão	668
14.3.	Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate	670
14.4.	Limites da coisa julgada	675
14.4.1.	Limites territoriais	676
14.4.2.	Limites temporais.....	676
14.4.3.	Limites subjetivos	677
14.4.3.1.	Extensão da coisa julgada em benefício de terceiros	680
14.4.4.	Limites objetivos	681
14.4.4.1.	Coisa julgada e questão prejudicial.....	682
14.5.	Eficácia da coisa julgada	684
14.5.1.	Eficácia negativa	684
14.5.2.	Eficácia positiva.....	685
14.5.3.	Eficácia preclusiva.....	685
14.6.	A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade: impugnação, rescisória e modulação de efeitos.....	689
14.6.1.	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: a afirmação dos Precedentes Constitucionais ...	689
14.6.2.	A ação rescisória fundada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, CPC/2015)	691
14.6.3.	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional. Crítica	694

14.6.4.	A adoção de “interpretação” depois dita inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal: reforço da evidência de que a norma judicial não se confunde com o texto legal e, assim, não pode ser rescindida por norma posteriormente elaborada pela Corte Suprema	703
14.6.5.	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	706
14.6.6.	O verdadeiro fundamento da rescisória: retroatividade do ius superveniens sobre a coisa julgada	707
14.6.7.	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	707
14.6.8.	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	709
14.6.9.	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	711
14.6.10.	Modulação de efeitos e coisa julgada	713
14.7.	Relativização da coisa julgada.....	716
14.7.1.	Introdução	716
14.7.2.	Investigação de paternidade e exame de DNA.....	717
14.7.3.	Justa indenização e distorção da prova pericial.....	718
14.7.4.	A pretensão de uso da “proporcionalidade”.....	718
14.7.5.	A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial	723
14.7.6.	O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional	729
CASO.....		731

Parte III

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1.	TEORIA DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS MEDIANTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	735
1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória.....	737
1.1.1.	A sentença autossuficiente e a sentença dependente de execução	737

1.1.2.	A impossibilidade de execução no curso do procedimento. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	738
1.1.3.	As formas de execução da sentença condenatória na história	740
1.1.4.	A equiparação da sentença ao título executivo extrajudicial. A unificação das vias de execução	741
1.1.5.	A falsa suposição de que a sentença condenatória é tutela jurisdicional do direito	745
1.1.6.	A influência da economia liberal: a importância da tutela pelo equivalente em pecúnia e a idoneidade da condenação	746
1.1.7.	O desvirtuamento do conceito de obrigação e a expansão da condenação	748
1.1.8.	A impropriedade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos	749
1.1.9.	As novas situações de direito substancial carentes de tutela e a inadequação da condenação	752
1.2.	Panorama histórico da efetivação de sentenças no Código de Processo Civil de 1973 e a atipicidade das formas executivas.....	754
1.2.1.	Primeiras observações	754
1.2.2.	A ação de execução de sentença no CPC de 1973	755
1.2.3.	O sistema executivo dos arts. 461 e 461-A do CPC de 1973.....	757
1.2.4.	A quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução no Código de 1973.....	762
1.2.5.	A Lei 11.232/2005 e a sentença condenatória na vigência do Código de 1973.....	764
1.2.6.	As insuficiências do modelo do CPC de 1973	768
1.2.7.	O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento.....	769
1.2.7.1.	Da visão clássica da ação como direito ao julgamento de mérito à noção de direito à obtenção da tutela do direito material	769
1.2.7.2.	A ação capaz de permitir a tutela do direito material depende de técnica processual idônea à situação material litigiosa e o princípio da tipicidade da execução como obstáculo à efetividade do direito de ação	770
1.2.7.3.	O direito fundamental de ação e suas exigências no Estado Constitucional	772

1.2.8.	Panorama geral do Código de Processo Civil atual e a influência das ideias desenvolvidas no direito anterior na formação do atual cumprimento judicial de prestações	774
1.2.9.	Uma luz no fim do túnel. A abertura do sistema de proteção dos créditos à atipicidade das formas executivas.....	775
1.3.	Técnica executiva e tutela dos direitos	775
1.3.1.	A sentença dependente de execução	775
1.3.2.	Tutela do direito e sentença.....	776
1.3.3.	O sentido da exigência “do fazer, do não fazer, da entrega de coisa e do pagamento de quantia”	777
1.3.4.	Os meios executivos relacionados ao fazer, ao não fazer, à entrega de coisa e ao pagamento de quantia.....	778
1.3.5.	Os efeitos jurídicos declarados nas sentenças e as tutelas dos direitos.....	779
1.4.	Princípios fundamentais da execução	781
1.4.1.	Considerações gerais.....	781
1.4.2.	O princípio do título executivo.....	782
1.4.3.	O princípio da tipicidade/atipicidade das formas executivas.....	782
1.4.4.	O princípio do resultado	784
1.4.5.	O princípio da responsabilidade patrimonial/pessoal	784
1.4.6.	O princípio da menor onerosidade da execução	786
1.4.7.	O princípio da transparência patrimonial.....	787
1.4.8.	O princípio do contraditório	788
1.5.	As formas de execução	790
1.5.1.	Noção de execução	790
1.5.2.	Execução direta e execução indireta.....	791
1.5.3.	Execução frutífera e execução infrutífera. A importância da distinção para a compreensão do significado de tutela jurisdicional do direito	792
1.5.4.	Atuação executiva mediante o constrangimento da vontade do devedor	793
1.5.4.1.	Execução através de multa	793
1.5.4.1.1.	Primeiras observações.....	793
1.5.4.1.2.	A natureza da multa diante do ressarcimento	794
1.5.4.1.3.	O destinatário do valor da multa ...	795

1.5.4.1.4.	A multa e os fazeres infungível e fungível.....	797
1.5.4.1.5.	Limite do valor da multa.....	798
1.5.4.1.6.	Critérios para a definição do valor e da forma temporal da multa.....	799
1.5.4.1.7.	Eficácia da multa	801
1.5.4.1.8.	O instante em que a multa pode ser cobrada	802
1.5.4.1.9.	O problema do “efeito perverso” da multa	803
1.5.4.1.10.	A questão da modificação do valor da multa.....	805
1.5.4.2.	A prisão como meio executivo.....	806
1.5.4.3.	Execução mediante outras modalidades de convencimento	810
1.5.5.	Atuação executiva alheia à vontade do devedor.....	812
1.5.5.1.	Execução através da sentença	812
1.5.5.2.	Obstaculização, remoção e apossamento de coisa. Execução complementar praticada por auxiliar do juízo	813
1.5.5.3.	Realização de fazer. Execução por particular ...	814
1.5.5.4.	Execução por expropriação	815
1.6.	O art. 515, I, do CPC e as sentenças que dependem de execução	816
1.6.1.	Os significados de “conceito” e de “classificação”. A razão para se classificar as sentenças	816
1.6.2.	Novamente a importância da distinção entre tutela e sentença	819
1.6.3.	Classificação a partir da suficiência da sentença à prestação da tutela jurisdicional do direito	820
1.6.4.	O critério que foi utilizado para a classificação da sentença condenatória	820
1.6.5.	O conceito clássico de condenação	821
1.6.6.	Elementos presentes e excluídos do conceito de condenação	824
1.6.7.	Elementos incluídos no gênero sentença não autossuficiente e presentes nas novas modalidades de sentenças	827
1.6.8.	A necessidade de classificar as sentenças que dependem de execução	828

1.6.9.	Critérios para a classificação das sentenças dependentes de execução	829
1.6.10.	A influência do princípio da tipicidade sobre o poder jurisdicional.....	830
1.6.11.	A sentença que tutela o direito constringendo a vontade do réu e a sentença que, independentemente da vontade do réu, tutela o direito mediante atos ulteriores de execução.....	834
1.6.12.	Sentença com eficácia executiva extrínseca e sentenças de executividade intrínseca. O problema do art. 513, § 1.º, do CPC	836
1.6.13.	Fungibilidade de técnicas	838
1.6.14.	Sentenças de executividade intrínseca: sentenças mandamental e executiva	839
1.7.	Os títulos executivos judiciais.....	841
1.7.1.	Observações gerais.....	841
1.7.2.	O rol dos títulos judiciais.....	842
1.8.	Liquidação da obrigação	849
1.8.1.	Requisitos da obrigação a executar	849
1.8.1.1.	Exigibilidade	849
1.8.1.2.	Certeza.....	850
1.8.1.3.	Liquidez.....	851
1.8.2.	Liquidação da obrigação. Considerações gerais	852
1.8.3.	Natureza da liquidação.....	854
1.8.4.	Liquidação por cálculos.....	855
1.8.4.1.	Necessidade de dados em poder do devedor ou de terceiros.....	856
1.8.4.2.	Elaboração do cálculo pelo contador judicial ...	858
1.8.5.	Liquidação por arbitramento	860
1.8.6.	Liquidação pelo procedimento comum	861
1.8.7.	Princípio da fidelidade ao título.....	863
1.8.8.	A natureza do ato jurisdicional que julga a liquidação. Decisão ou sentença?.....	867
1.8.9.	Liquidação e coisa julgada.....	869
1.9.	Questões gerais do procedimento de cumprimento de sentença	871
1.9.1.	Observações iniciais.....	871
1.9.2.	A instauração do cumprimento de sentença e a cumulação de execuções.....	871

1.9.3.	Partes e terceiros	873
1.9.3.1.	As partes na execução. Litisconsórcio	873
1.9.3.2.	A intervenção de terceiros na execução.....	875
1.9.3.3.	O cônjuge do executado e sua situação na execução	876
1.9.4.	Competência	877
1.9.5.	Os efeitos do início da execução. A prescrição	880
CASO.....		883
2.	A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	885
2.1.	Imposição de fazer e de não fazer, prestação da tutela do direito e meios de execução adequados.....	886
2.1.1.	Considerações iniciais.....	886
2.1.2.	Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente.....	887
2.1.3.	Tutela inibitória	887
2.1.4.	Tutela de remoção do ilícito	893
2.1.5.	Tutela ressarcitória na forma específica	895
2.1.6.	Tutela do adimplemento na forma específica.....	902
2.1.7.	Tutela do adimplemento perfeito	906
2.1.8.	Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer... ..	907
2.2.	O Poder Executivo diante da imposição do fazer e do não fazer.....	908
2.2.1.	A liquidação da sentença	908
2.2.2.	A concentração do poder de execução	909
2.2.3.	O poder jurisdicional de determinar modalidade executiva diferente da pedida e de conceder “resultado prático” equivalente ao da tutela específica requerida.....	911
2.2.4.	A diferença entre modalidade executiva diferente da pedida e “resultado prático” equivalente ao da tutela específica solicitada	913
2.2.5.	A possibilidade de se alterar a modalidade executiva após o trânsito em julgado	914
2.2.6.	A alteração da forma de prestação da tutela do direito após o trânsito em julgado.....	915
2.2.7.	Conversão da tutela específica em perdas e danos	915
2.2.8.	O controle do poder executivo do juiz	917

2.2.8.1.	Adequação e necessidade	917
2.2.8.2.	Análise, em abstrato e aproximada, da racionalidade do uso dos meios executivos	918
2.2.8.3.	O controle do poder executivo na fase de execução	918
2.2.8.4.	A importância da justificativa para o controle do poder executivo	919
2.3.	Defesa do Executado	920
2.3.1.	Os recursos no controle do Poder Executivo	920
2.3.2.	A defesa em primeiro grau de jurisdição	921
2.4.	A sentença que reconhece obrigação de prestar declaração de vontade...	923
2.4.1.	Tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade	923
2.4.2.	A configuração da sentença que presta a tutela específica de declaração de vontade	924
2.4.3.	A natureza da sentença que presta a tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade.....	924
2.4.4.	O equívoco de subordinar os efeitos da sentença ao seu trânsito em julgado	926
2.4.5.	Requisitos para se poder obter sentença que produza os efeitos da declaração de vontade em relação a contrato não cumprido	929
2.4.5.1.	Apresentação da questão.....	929
2.4.5.2.	O registro do contrato preliminar.....	930
2.4.5.3.	A sentença de procedência e o surgimento de novas obrigações	931
CASO		932
3.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	933
3.1.	A “ação que tem por objeto a entrega de coisa” e as tutelas dos direitos .	933
3.1.1.	Considerações preliminares	933
3.1.2.	Tutela específica e meios executivos	934
3.2.	As diversas tutelas dos direitos prestadas a partir da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de entregar coisa e os meios de execução adequados	936
3.2.1.	A tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa.....	936

3.2.2.	Adimplemento imperfeito e tutela na forma específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa	938
3.2.3.	Tutela de imissão na posse.....	941
3.2.4.	Tutela reivindicatória	943
3.2.5.	Tutela de reintegração de posse	944
3.2.6.	Tutela de recuperação de coisa dependente da desconstituição do contrato	946
3.2.7.	Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	950
3.3.	Coisa certa e coisa incerta.....	950
3.3.1.	Conceito	950
3.3.2.	Coisa determinada pela quantidade, pelo gênero e pela qualidade	951
3.3.3.	Coisa incerta e coisa fungível.....	951
3.3.4.	Coisa incerta e obrigação alternativa	951
3.3.5.	Instante da individualização da coisa.....	952
3.3.6.	A impugnação da individualização da coisa.....	952
3.4.	A defesa do executado	952
3.5.	Direito de retenção	953
CASO		956
4.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	957
4.1.	Tutela pecuniária e técnicas de execução.....	958
4.1.1.	Observações iniciais.....	958
4.1.2.	A distinção entre prestações de fazer, não fazer, entregar coisa e pagar	960
4.1.3.	Sentenças condenatórias e sentenças mandamentais ou executivas na tutela de prestações de pagar	961
4.2.	Fase inicial da execução	961
4.2.1.	Pagamento voluntário	961
4.2.2.	O pleito executivo	963
4.2.3.	O prazo para pagamento voluntário	965
4.2.4.	A multa condenatória	967
4.2.5.	O protesto executivo	968
4.3.	Penhora	969

4.3.1.	Penhora. Definição. Efeitos.....	969
4.3.2.	Responsabilidade patrimonial.....	971
4.3.2.1.	Bens do devedor não sujeitos à penhora	971
4.3.2.1.1.	Impenhorabilidade absoluta	972
4.3.2.1.2.	Impenhorabilidade relativa	975
4.3.3.	Bens de terceiros sujeitos à penhora.....	976
4.3.4.	Fraude contra credores e fraude à execução.....	978
4.3.5.	Procedimento da penhora	982
4.3.5.1.	Ordem de bens a serem penhorados.....	984
4.3.5.2.	A substituição da penhora.....	986
4.3.5.3.	A penhora <i>on line</i>	988
4.3.5.4.	Questões particulares da penhora.....	994
4.3.5.5.	Penhora de quotas ou de ações de sociedades... ..	997
4.4.	Providências preliminares à satisfação do credor.....	998
4.4.1.	A comunicação da penhora aos sujeitos da execução e aos terceiros	998
4.4.2.	Depósito dos bens penhorados.....	1000
4.4.3.	Avaliação dos bens penhorados	1001
4.4.4.	Ampliação e redução da penhora, substituição do bem penhorado e segunda penhora.....	1003
4.4.5.	Alienação antecipada de bens.....	1004
4.4.6.	Outras providências	1005
4.5.	A defesa do executado.....	1006
4.5.1.	Primeiras considerações	1006
4.5.2.	A impugnação à execução	1009
4.5.2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	1009
4.5.2.2.	Requisitos para a admissibilidade da impugnação.....	1011
4.5.2.3.	Matérias que podem fundar a impugnação.....	1012
4.5.2.4.	Concessão de efeito suspensivo à impugnação... ..	1021
4.5.2.5.	Procedimento da impugnação.....	1027
4.5.2.6.	O ato que decide a impugnação e sua estabilidade.....	1028
4.5.3.	Outras vias de reação do executado	1029
4.5.3.1.	Arguição de impedimento e de suspeição.....	1029
4.5.3.2.	Alegação de fatos supervenientes	1030

4.5.3.3.	Exceção de pré-executividade	1031
4.5.3.4.	Ações autônomas.....	1032
4.6.	Satisfação do credor	1032
4.6.1.	As formas de satisfação do credor.....	1032
4.6.2.	Natureza jurídica da expropriação	1033
4.6.3.	A adjudicação	1035
4.6.3.1.	Pressupostos da adjudicação.....	1035
4.6.3.2.	Procedimento da adjudicação.....	1038
4.6.3.3.	A procedência da impugnação e a sorte da adjudicação.....	1039
4.6.4.	A alienação do bem	1040
4.6.4.1.	A alienação por iniciativa particular	1040
4.6.4.2.	A alienação em leilão judicial	1041
4.6.4.2.1.	A convocação para o leilão judicial	1043
4.6.4.2.2.	A legitimação para arrematar	1045
4.6.5.	A arrematação judicial	1046
4.6.6.	Formas especiais de arrematação	1049
4.6.7.	A apropriação de frutos e rendimentos de empresas, estabelecimentos e outros bens.....	1049
4.6.7.1.	Requisitos da decretação do direito à apropriação de frutos e rendimentos.....	1049
4.6.7.2.	Procedimento da apropriação de frutos e rendimentos.....	1050
4.7.	Entrega do dinheiro ao credor	1051
4.7.1.	O pagamento direto.....	1052
4.7.2.	O concurso singular de credores	1052
CASO		1056
5.	SUSPENSÃO E CONCLUSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1057
5.1.	O término da execução.....	1057
5.2.	A sentença de extinção da execução.....	1057
5.3.	Coisa julgada e execução	1059
5.4.	A suspensão da execução	1060
CASO		1063

6. O CUMPRIMENTO DA DECISÃO PROVISÓRIA	1065
6.1. A necessidade de a sentença poder ser executada na pendência do recurso de apelação.....	1065
6.2. A realidade do direito brasileiro. O ordenamento brasileiro permite a execução da sentença na pendência do recurso de apelação apenas em hipóteses excepcionais.....	1069
6.2.1. Questões peculiares da execução de títulos provisórios e do efeito suspensivo dos recursos	1069
6.2.2. Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e executividade dos provimentos judiciais.....	1071
6.2.3. A execução na pendência dos recursos extraordinário e especial	1071
6.3. Espécies de sentenças executáveis na pendência de recurso não recebido com efeito suspensivo.....	1072
6.3.1. Efetivação provisória das sentenças que reconhecem a obrigação de prestação de declaração de vontade	1072
6.3.2. A sentença com eficácia condenatória. A execução da decisão provisória sob pena de multa de dez por cento	1073
6.4. Outros provimentos passíveis de execução provisória	1074
6.5. Executividade imediata e cognição.....	1075
6.5.1. Cumprimento provisório ou cumprimento fundado em decisão provisória?	1077
6.5.2. Execução completa e execução incompleta.....	1078
6.5.3. A interpretação da expressão “cumprimento provisório da sentença”	1080
6.6. A efetivação completa da decisão provisória. Os arts. 520, IV e 521	1080
6.6.1. O parâmetro procedimental da execução de título provisório.....	1082
6.7. A responsabilidade do exequente da decisão provisória. O art. 520, I ...	1082
6.8. A restituição ao estado anterior e o dever de reparar o dano. O art. 517, II	1083
6.9. A defesa no cumprimento de decisão provisória	1084
CASO.....	1085
7. FORMAS ESPECIAIS DE CUMPRIMENTO DE TÍTULOS JUDICIAIS	1087
7.1. Cumprimento de decisão de prestação alimentícia	1087
7.1.1. Primeiras considerações	1087
7.1.2. Espécies de alimentos e seu regime.....	1088

7.1.2.1.	Alimentos definitivos e provisórios	1089
7.1.2.2.	Alimentos legítimos, voluntários e indeniza- tivos	1090
7.1.2.3.	Alimentos naturais e civis	1092
7.1.3.	Formas de execução dos alimentos	1092
7.1.3.1.	Desconto em folha.....	1094
7.1.3.2.	Prisão civil	1096
7.1.3.3.	Expropriação	1099
7.1.3.4.	Constituição de capital	1100
7.1.4.	Procedimento da execução de prestação alimentícia	1101
7.1.4.1.	A fase inicial do cumprimento de decisão que impõe prestação alimentar. A aplicação do art. 523, § 1.º. O protesto do título	1102
7.1.4.2.	Execução por desconto em folha	1104
7.1.4.3.	Execução por coerção pessoal (prisão civil).....	1105
7.1.4.4.	Execução por expropriação	1106
7.1.4.5.	Execução por outros meios.....	1107
7.2.	Cumprimento contra a Fazenda Pública	1108
7.2.1.	O regime dos pagamentos efetuados pela Fazenda Pública...	1108
7.2.2.	Procedimento	1110
7.2.3.	Regime de precatórios.....	1112
7.2.4.	Requisição de pagamento.....	1115
CASO		1117
8.	PARTICULARIDADES DA EXECUÇÃO DOS DEMAIS TÍTULOS JUDICIAIS	1119
8.1.	Execução por quantia certa fundada nos demais títulos judiciais.....	1119
8.1.1.	Introdução	1119
8.1.2.	A liquidação dos títulos.....	1119
8.1.3.	Cumprimento provisório	1120
8.1.4.	Técnica executiva aplicável às prestações pecuniárias repre- sentadas por títulos judiciais não consistentes em decisão judicial	1121
8.1.5.	O prazo para cumprimento voluntário e a multa do art. 523, § 1.º	1122

8.1.6.	O início da execução	1122
8.1.7.	Outras questões pontuais	1123
8.2.	A execução das prestações de fazer, não fazer e entregar coisa previstas nestes títulos judiciais.....	1124
CASO	1126
SOLUÇÕES DOS CASOS	1127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1139